



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – LICITADAS
SITUAÇÃO: TERMO ADITIVO**

Em atenção aos princípios da publicidade e eficiência, previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, declaramos que no Ministério Público do Estado de Roraima não houve Ata de Registro de Preço com Termo Aditivo no mês de janeiro de 2016.